

Aldo Ajello

“O sucesso da ONU nasceu do desejo de paz do povo”

Após chefiar com sucesso a missão da ONU em Moçambique, o militar italiano concedeu uma entrevista exclusiva ao enviado especial de cadernos do terceiro mundo, na qual faz um balanço da atuação da Onumuz

Como representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Moçambique, o italiano Aldo Ajello chefiou a Onumuz durante dois anos. Sempre muito falante – o que facilitava o trabalho da mídia mas lhe valeu ácidas charges nos jornais –, Ajello pode vangloriar-se de ter levado a cabo a missão mais bem-sucedida das Nações Unidas. Eis a seguir as principais declarações ao nosso enviado especial a Moçambique:

Quais são os principais motivos para o sucesso da missão das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz)?

– São três os motivos: primeiro, a enorme vontade de paz do povo moçambicano, mesmo com sua participação restrita devido aos poucos canais para expressar-se. Esta é uma condição preliminar: sem vontade de paz não há paz. As duas partes envolvidas no conflito (Frelimo e Renamo) estiveram dispostas a negociar.

O segundo elemento importante foi a grande flexibilidade que a missão da Onumuz demonstrou face às regras da burocracia da ONU e ao Acordo de Paz. Adaptamos o mandato à realidade; houve pressões de todos os lados, as partes envolvidas obstruíam, mas nós

não permitimos que nada disso interferisse.

O terceiro elemento foi a enorme coesão da comunidade internacional presente em Moçambique (Grupo de Supervisão e Controle, Comunidade Européia, países nórdicos, embaixadores). A cooperação estreita e permanente me permitiu representar não a burocracia de Nova Iorque (sede da ONU) mas efetivamente a comunidade internacional. Isto me deu uma força enorme.

O sr. faz questão de frisar que não pertence à burocracia das Nações Unidas...

– Apesar de fazer parte dela, não fui considerado como tal, mas como representante político da comunidade internacional. Houve um alto nível de politização na gestão da Onumuz.

Ainda há muita gente para desmobilizar. Isso limita o sucesso da Onumuz?

– Tivemos como mandato a coleta das armas e munições dos soldados. Era nosso dever recolhê-las a centros de acantonamento e supervisionar todo o processo durante três anos. Não foi possível completá-lo pois a desmobilização atrasou e o tempo para a verificação foi reduzido a menos de dois meses.



Aldo Ajello: missão bem-sucedida

Entretanto, isto não significa que exista a possibilidade de um retorno à guerra. As armas não disparam sozinhas, precisam de alguém para fazer isso. São um instrumento de guerra, mas é preciso ter vontade política para acioná-las.

A idéia de que seria possível desarmar todo um país em dois anos está fora da realidade. A enorme quantidade de armas ainda existente demandaria um esforço internacional de cooperação para continuar o desarmamento. Tenho certeza de que se for requisitado pelo novo governo, a ONU considerará tal pedido seriamente. O risco representado por essas armas reside no banditismo e na violência por ele engendrada.

Em 27 de outubro, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama declarou um boicote às eleições. O que havia por trás dessa atitude?

– Não acredito que o seu objetivo fosse desestabilizar o processo. Ninguém foi impedido de votar. Dhlakama realmente pensava que houve fraude e



Bolívia, Uruguai e Brasil presentes na Civpol (Polícia Civil da ONU): após os desastres do Camboja, Somália e Bósnia, a primeira missão coroada de sucesso



Refugiados na ponte de Gorongosa: retorno possível graças, em grande parte, ao apoio da comunidade internacional, representada pelos efetivos da Unumoz

que, retirando-se das eleições por não considerá-las limpas, a comunidade internacional iria compreendê-lo.

Neste ponto ele errou completamente. A opinião pública mundial não acatou as acusações de fraude e deixou claro que essa posição não receberia apoio. Um grande esforço de coordenação foi posto em marcha para persuadi-lo a reapresentar-se no pleito. O que, finalmente, foi conseguido.

O que Dhlakama queria era diferenciar-se de Savimbi. No telefone ele me disse claramente: "Não sou Savimbi; ele sabia claramente que as eleições eram uma fraude, aceitou-as mesmo assim e depois reagiu, recomeçando a

guerra. Eu prefiro não participar de uma eleição que não considero livre." Com a atitude da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e, principalmente, da comunidade mundial, que mostraram de maneira absolutamente clara o seu desgosto com a atitude do líder da Renamo, o caso foi contornado naquela mesma noite.

A eleição, prevista para durar dois dias, após esse episódio foi prolongada por mais 24 horas. O terceiro dia de votação (que foi o 29 de outubro) foi um "presente" para Dhlakama?

— Absolutamente. A CNE já tinha

previsto um terceiro dia de eleições, caso chovesse muito ou para uma situação como esta. Surgiu como compensação para as complicações da tarde do dia 27.

Publicou-se em diversos jornais que a Renamo foi um partido financiado com capitais de fora; que transformaram o movimento armado em partido político com muito dinheiro e que o objetivo teria sido fazer com que todo esse contingente de homens armados se mantivesse calmo...

— A Renamo nunca pediu dinheiro para ficar quieta. Ficou combinado que o governo moçambicano daria o apoio logístico para que o movimento se transformasse em partido e, se isso não acontecesse, seria então preciso recorrer à comunidade internacional, particularmente à Itália, patrocinadora dos Acordos de Paz. O governo comunicou à Onumoz que não teria condições de arcar com essas despesas e necessitaria do apoio internacional.

Baseado neste pedido do governo moçambicano, foi criado o *Trust Fund*, estipulado inicialmente em US\$ 19 milhões — 15 da maneira tradicional, 4 de maneira mais flexível para a Renamo. Mas, no total foram pouco menos de US\$ 18 milhões.

De fato, havia desníveis entre o governo e a Renamo. De uma parte, estavam a estrutura do Estado e um partido consolidado no governo há vinte anos; de outra, combatentes no meio do mato, sem estrutura de base. Era preciso elevar uma parte a um nível mínimo para que pudesse dialogar com a outra. A Renamo demoraria dez anos para concluir o processo de paz se houvessemos deixado as coisas acontecerem num ritmo normal; era indispensável fornecer todos os instrumentos necessários para o poder funcionar. Enfim, criamos as condições para a paz, não a compramos.

Os pequenos partidos são praticamente inexistentes — com exceção da UD (União Democrática). Há lugar para o multipartidarismo em Moçambique?

— Multipartidarismo não significa mais de três partidos; significa também dois. Existem democracias que funcionam com dois partidos, como Es-

Uma rica experiência

Quando Moçambique teve que criar uma comissão para a organização das primeiras eleições da sua história, chamou um ex-padre e professor de Filosofia para coordenar essa desafiadora tarefa

tados Unidos e Inglaterra. Ao contrário: a presença de muitos partidos – como ocorre em tantos países – é um fator de instabilidade. No caso moçambicano, se os partidos políticos não-armados tivessem tido o bom senso de coligar-se em uma, duas ou três formações ao máximo, ao invés de apresentar listas próprias, teriam tido muito mais chances de ultrapassar os 5%¹.

É interessante ver como se desenvolverá o sistema bipartidário, qual quer que seja a razão de ter-se apresentado um terceiro partido.

Qual é a sua previsão para o futuro próximo de Moçambique?

– O futuro de Moçambique depende exclusivamente das escolhas políticas que forem feitas daqui por diante. A economia é uma consequência da política. Se o novo governo for capaz de consolidar a paz, a estabilidade política e a conciliação nacional, a economia seguirá esta tendência: Ninguém investe dinheiro em um país instável, seja a nível público ou privado, e Moçambique para poder crescer precisa de muitos investimentos privados.

Atualmente o panorama internacional lhe é desfavorável: a África não é mais prioridade. Moçambique tem uma carta muito importante para jogar, após o término da Guerra Fria e do *apartheid*, que é a continuidade do processo democrático. Serve como forte incentivo aos países desenvolvidos. Os fatores essenciais são: as escolhas políticas, a consolidação da paz, a estabilidade política e a reconciliação nacional.

Quais as lições que o sr. tirou da missão das Nações Unidas?

– Cada missão tem a sua história e deve ser modelada de acordo com as exigências reais. É importante continuar com certas metodologias: flexibilidade, capacidade de adaptação e também é necessário manter este tipo de relacionamento com a comunidade internacional. Mas uma coisa eu aprendi: um elemento que a ONU não pode introduzir por si só em um país em guerra é a vontade de paz. E nenhum processo avança se não houver esta premissa fundamental. (Pedro Sutter) ■



Eleitores fazendo "bicha" (fila) durante as eleições, transcorridas tranqüilamente

Professor da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo) de Filosofia da Educação, matéria em que se pós-graduou na Universidade de São Paulo (USP) e ex-padre, Brazão Mazula foi designado presidente da poderosa Comissão Nacional de Eleições (CNE), por unanimidade. Tornou-se a grande figura política do processo eleitoral, com a sua atuação reconhecida e elogiada por todos os moçambicanos, pela ONU e pela comunidade internacional.

Modesto, discreto e formal, mas ao mesmo tempo loquaz, Mazula – que é casado com uma mineira, Sheila –, recebeu o enviado especial de **cadernos do terceiro mundo** e falou sobre a sua experiência à frente da CNE.

Sem titubear, reconhece que a chave do seu sucesso foi realizar um trabalho na CNE baseado na confiança mútua entre os seus membros, inde-

pendentemente de um ou outro pertencer a diferentes partidos. Isso permitiu tomar decisões – “mesmo as mais difíceis” – por consenso.

“Não aceitamos pressões de nenhum tipo (como, por exemplo, de fixar as eleições para o dia 24 de outubro, aniversário das Nações Unidas, além de outras, vindas dos partidos). Aceitar qualquer tipo de pressão significaria descumprir a Lei Eleitoral”, afirma.

Mazula destaca o apoio recebido do chefe da missão da ONU, Aldo Ajello, o que atribui, basicamente, à sua postura apartidária. “Obtivemos apoio moral e a comunidade internacional, ao perceber isso, passou a nos apoiar não só financeiramente. Havia partidos que não queriam a informatização do sistema; outros não queriam o voto do imigrante, que nós defendíamos, e assim por diante.”

¹ Mínimo requerido pela lei eleitoral para obter representação na Assembleia da República (Congresso). Apenas a União Democrática, além da Frelimo e Renamo, conseguiu este número